

Silvio Pellegrini, DON DENIS. Belluno, 1927, 41 págs.

O sr. Pellegrini, que é, segundo fomos informado, professor prático da Universidade de Heidelberg, procurou fazer nova edição das cantigas de D. Dinis, acompanhando-as da respectiva tradução em italiano. Como porém surgissem dificuldades de interpretação textual, desistiu da obra, e, porque alguma coisa havia já feita, decidiu o sr. Pel. publicar a introdução literaria, seguida dum grupo de 20 cantigas, vertidas para italiano.

No curto prefácio não nos diz nada de novo, e é para lamentar, porque há ainda um ou outro aspecto da nossa poesia trovadoresca, merecedor de sério estudo; e se alguma coisa nos diz, que valha a pena lembrar, sentimos não aceitar as suas conclusões, que, aliás, não são *suas*, e já foram contraditadas por Lang e Carolina Michaëlis: lamentamos até, que se procure agitar de novo o problema das origens do nosso lirismo, sem novos materiais para a refutação do que estava anteriormente estabelecido. É curioso registar que desde 1923 se vem notando em filólogos italianos uma mal velada animosidade contra a profunda simplicidade, tão comovedora por vezes, do nosso lirismo arcaico. Bertoni, Lollis e agora o sr. Pel. parecem expor-lhe o que constitue a sua maior valia: o não ser chata imitação dos moldes provençais, o ser emfim, de certo modo, original, terrantês. E o que é grave, é que essa ideia tem frutificado e tem aceitação em obras, como a *Poesia juglaresca*, 214, de M. Pidal, e *The Arthurian Legend*, 48, n. 1, de W. Entwistle.

Ao falar das origens da cantiga d'amigo, pág. 10, n. 1, define o sr. Pel. o seu conceito de poesia popular, afirmando, o que é menos verdadeiro, que os géneros poéticos não saem dos campos e praças para as côrtes e academias, dando-se justamente o inverso. Ora a verdade é que em Portugal se verifica uma interpenetração constante da poesia popular e culta. Os grandes líricos, Gil Vicente, Camões, Rod. Lobo, João de Deus, Rosalia, Correia d'Oliveira, Augusto Gil, bebem constantemente no manancial da inspiração popular, sucedendo também que o povo se apropria muitas vezes dêsses cantores, que não são verdadeiramente dêle. Entre nós, mais talvez do que nenhures, é difícil fazer distinção rigorosa entre poesia popular e poesia artistica, imita-

dora daquela. O uso consagrado da redondilha imprime inquebrantável unidade ao nosso lirismo.

Remata o sr. Pel. as suas considerações, opinando que a nossa poesia popular — assim chamada — devia ter tido qualquer origem literária e culta, que poderia também ser total ou parcialmente forasteira, ou ter sofrido, posteriormente, influxos de fora. Essa origem literária, que o sr. Pel. parece ignorar, foi já determinada, com suficiente precisão, por Lang e D. Carolina: influência do culto de Santiago e, em geral, da poesia litúrgica. A poesia da Igreja gerou formas rítmicas, que se tornaram populares, por via dos clérigos, jograis e soldadeiras; depois, essa poesia em vulgar, enriquecida de novos elementos, entrou na corte, quando lá entraram os jograis. O carácter feminino da cantiga d'amigo explica-se pela freqüência e importância das soldadeiras, na execução e transmissão da poesia. Há nos cancioneiros restos de cantigas dessas mulheres, como demonstraremos num próximo trabalho.

Por seu turno, os jograis aceitaram com entusiasmo as formas e géneros cultos e começaram de imitá-los (Lourenço). Neste constante dar e receber é muito difícil destringer o que pertence à corte e o que pertence à rua; cremos até que é impossível formular uma opinião segura sobre todos os elementos formadores do nosso lirismo. O que é importante é que desses elementos resultou uma poesia, que até nos seus aspectos mais cultos, tem cunho fortemente português, de apropriação ao génio nacional. É neste largo sentido de *nacional* que nós consideramos a expressão vaga de poesia popular.

Quere isto dizer que não tenham entrado elementos de fora na laboração do nosso lirismo? De modo nenhum; D. Carolina já o admitia em 1895 (*Zeitschrift f. rom. Phil.*, XIX, 592). Agora, apresentar como prova dessa influência, que o sr. Pel. julga fortíssima, o decantado tema dos *olhos verdes*, inventado por Jeanroy, como oriundo de França, por uma errónea tradução de *vair oil*, é que não pode ser. Na crítica tão substanciosa da edição de Lang, citada por sinal neste opúsculo, diz D. Carolina estas palavras, que o sr. Pel. parece não ter lido: «A hipótese de Jeanroy de que *verde* não seria mais que uma versão errada do francês *vair* (que se teria confundido em Portugal com *vert*), parece-me absolutamente inaceitável. Com efeito, *veiro* < *vairo* < *variu* era em Portugal uma palavra

ainda mui usada, quando já se pensava em louvar ou escarnecer os *olhos verdes*» (*Zeit.*, XIX, 610, n. 4). Além disto, em 1920, M. Pidal insurgiu-se contra essa opinião, defendendo o carácter peninsular do tema (*Estudios literarios*, 315).

Perde o sr. Pel. algum tempo em demonstrar o que Lang já demonstrara: que as cantigas d'amigo têm acentuado cunho cortesão; mas não faz o que Lang fizera, e é absolutamente mister que se faça, a distinção entre cantiga d'amigo propriamente dita, e bailada paralelistica. O não figurar na sua antologia sequer uma cantiga d'êste último género é acto censurável e de pouca lealdade literária. Dir-se-ia que o filólogo italiano receava, como de facto sucederia, que um só dêses cantares dêse o mais formal desmentido à sua tese negativista.

Passemos agora ao tratamento do texto. Também aqui não concordamos com certas grafias, que corresponderam já a uma utilidade, mas que se nos apresentam hoje intoleráveis, embora a delicada sensibilidade filológica de D. Carolina se extasiasse perante *mha*, *Pacha*, *sabha*, etc. É muitissimo preferível a ortografia adoptada pelo dr. J. J. Nunes, nas *Cantigas d'amigo*, a cujo valor diplomático e filológico o sr. Pel. faz reservas, que me parecem injustas. Individuemos:

unha. — *ũa*, como escreve o dr. Nunes, é que é a verdadeira lição, concorde com as leis fonéticas, e occorrente, de resto, nos cancioneiros. No galego moderno escreve-se *unha*, mas pronuncia-se *ũa*. O som molhado é nele representado ao modo castelhano, *uña*. Em português, porém, dá-se confusão entre o artigo e o substantivo.

vos, *vus*. — Não se justifica hoje a conservação da forma átona, *vus*. Coerentemente devia ortografar-se *todus*, *muytus*, e sobretudo *dar-vu-lo*, etc. De resto também aparece *vos* átono, C. B. 353, v. 1. Mantenham-se, pois, *vós*, *vos*.

e-no. — É puramente inaceitável esta grafia. O traço implica a desnasalação do *e*, o que é erróneo. Além disso a vogal ligava-se indissolúvelmente ao elemento seguinte; só assim se explica a sua perda. O dr. Nunes adopta a boa lição, *eno*, e melhor ainda seria *êno* (= *en no*). Cf. *nona* = *non na*, *beno* = *ben no*, etc.

mha. — Confessamos que *mia* não substitue vantajosamente aquel'outra forma, por haver tendência para tonificar o *i*, o que é errado; mas nos outros casos as formas com *i*, propostas pelo dr. Nunes, são melhores, porque se recorre ao

acento. A grafia *servh'e*, v. 315, embora do texto, é perfeitamente bárbara. Deve ser *sérvio e* (= *servho e*); como, porém, aquele grupo de 3 vogais se reduz na leitura a uma só sílaba, ainda poderia admitir-se *serv'e*, mas nunca por nunca *servh'e*.

ocajom. — Seguindo o dr. Nunes, o sr. Pel. lê *ocajom*, contrariamente ao que está no manuscrito e ao que era empregado realmente por D. Dinis, *C. B.* 409, 415. O verso deve ser restituído a esta forma, *caestes en atal cajon*.

Muitos pequenos reparos haveria ainda a fazer ao texto do sr. Pel., que não melhorou o de Lang. O texto do dr. J. J. Nunes deve ficar como modelo de trabalhos deste género, feita uma ou outra restrição, que a seu tempo exporemos.

RODRIGUES LAPA.

L. SPITZER, *Die epizoenen Nomina auf -a(s) in den iberischen Sprachen*, em: E. Gamillscheg und L. Spitzer, *Beitraege zur romanischen Wortbildungslehre*, Genève 1921 (*Biblioteca dell'Archivum Romanicum*, série 11, vol. 2).

Observamos em várias linguas românicas, particularmente nas da Península, o fenómeno curioso que um tipo morfológico evoluçionando aceita duas significações lógicamente opostas. É isso o caso dos substantivos masculinos em *-a*, *-as*, de que trata L. Spitzer no trabalho em cima mencionado, trabalho muitíssimo bem documentado e que dá uma ideia da difusão daquele tipo nas linguas ibero-românicas. O autor, com uma aptidão psicológica pouco vulgar, procura as causas desta transformação, e mostra-nos as origens do aparente paradoxo que está na denominação dum ser masculino por um substantivo com desinência feminina. Trata-se de nomes de vestidos (o casaca, o sotaina, etc.), de instrumentos (o corneta, o faca, o farrapa, o espada), partes características do corpo (o careca, o carola, o carranca, o lingua, o unhas de fome, etc.) que têm certa relação com o individuo assim denominado. Sucede o mesmo com abstractos (o cura, o futrica) e colectivos femininos (o canalha, o recruta). Um outro caso se dá quando designações de mulheres são transferidas a homens aceitando significado depreciativo, porque, para o povo, a mulher é um ser mais imperfeito e mais fraco que o homem (por exemplo, o janota, o loira, o mulherica, o senisga). Tam-